

**Entrevista** Ricardo Carneiro estima que crédito dos bancos oficiais será combustível para o crescimento

# Política econômica começa a mudar, diz economista do PT

**Vera Saavedra Durão**  
Do Rio

Há sinais de que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva começa a adotar medidas de política econômica de uma linha diferente daquela adotada por Fernando Henrique Cardoso. Para o economista Ricardo Carneiro, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, da Unicamp, um desses indícios é a disposição do governo de acionar mais os bancos federais como um contraponto ao aumento dos juros e ao corte de verbas do orçamento. Amanhã, Lula volta a se reunir com os bancos públicos para traçar medidas capazes de retomar o crescimento.

"A ampliação do crédito dos bancos públicos sobretudo se for disseminado, a ampliação de investimentos na área de infra-estrutura e a ampliação dos esforços na área externa podem atuar como fatores compensatórios à política restritiva. É necessário todavia explicitar com mais clareza a estratégia de crescimento para dar horizonte ao setor privado", declarou Carneiro.

Na sua análise, o Brasil tem bancos públicos importantes que usufruem de uma certa liberdade em relação a política macroeconômica, abrindo espaço para a implementação de medidas que contrabalançam a rigidez monetária e evitem a recessão. E lembrou

que o programa do PT traça combinação política de estabilidade com crescimento e distribuição de renda.

A seu ver, os bancos federais — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES — são muito poderosos e podem ajudar a executar algo deste tipo. "O BNDES, por exemplo, tem financiamento que não depende de taxas de mercado". BB, Caixa e BNDES detêm 40% do sistema financeiro e respondem por mais de 50% do crédito. No âmbito da inflação, Carneiro defende mudança na indexação dos preços administrados — sem romper contratos —, pois "o IGP é quase o dólar", evitando com isso que o choque da indexação se propague de maneira intensa sobre as tarifas públicas, repassando-os para toda a economia. No seu entender, aumentar juro por si só não impede o fenômeno do repasse.

**Valor:** Na sua avaliação, a atual situação da economia brasileira, onde o rumo da inflação ainda é um fator de estresse, só poderia ser atendida por uma alta dos juros e aumento do compulsório, ou seja, com política monetária rígida?

**Ricardo Carneiro:** Uma política monetária contracionista sempre terminará por produzir algum efeito na inflação. Contudo, dadas as características da inflação atual no Brasil, o custo em termos de produção e emprego é desproporcional. Isto porque ainda estamos

vivendo os efeitos do choque cambial com uma desvalorização real de cerca de 50% da taxa de câmbio. Essa desvalorização se propagou para a economia em várias ondas desde meados do ano passado. Pode-se detectar esse efeito no índice de janeiro no qual os combustíveis e o transporte público tiveram uma participação decisiva. Ainda há os preços indexados como os chamados preços administrados que deverão aumentar nos próximos meses por conta da inflação (IGP) do ano passado. Esses aumentos são relativamente imunes às contrações da demanda. Isto quer dizer que a eficácia da política monetária é reduzida.

**Valor:** A medida pode levar o país a uma recessão? Que setores seriam mais afetados?

**Carneiro:** A economia brasileira tem uma trajetória de baixo crescimento já há alguns anos. O mais preocupante tem sido o declínio do investimento. No ano passado, o crescimento foi sustentado basicamente pelos setores exportadores. Como as medidas, sobretudo o encarecimento do crédito, atingirão em cheio o consumo, é pouco provável que a ampliação das exportações e do saldo consiga compensar a retração do consumo. Com as medidas, a recessão tornou-se uma possibilidade real.

**Valor:** A seu ver, a política de me-



Ricardo Carneiro: "regime de metas de inflação pode ser útil para coordenar as expectativas e fazer convergir os índices"

tas de inflação está adequada a atual conjuntura ou ela deve ser abandonada porque, pelo visto, não será atingida mais uma vez?

**Carneiro:** Desde meados de 2001 os sucessivos choques de oferta, crise energética, desvalorizações cambiais tem levado a taxa observada de inflação a extrapolar o teto da meta. Apesar disso, o regime de metas de inflação pode ser útil para coordenar as expectativas e fazer convergir os índices para um patamar mais baixo, mas não pode ser conduzido com fundamentalismo. Ao contrário de outros países que possuem moeda conversível, no Brasil os movimentos da taxa de câmbio não são autocorretivos. Assim é preciso ter flexibilidade. Um choque cambial como o que ocorreu no passado equivale a um cataclismo. O crescimento significativo da inflação é nesse caso inevitável. Assim o ideal seria usar o regime para trazer progressivamente a taxa para baixo mesmo que isso demorasse mais

tempo, mas com o menor custo em termos de produção e emprego.

**Valor:** Quais são suas previsões para a inflação do IPCA?

**Carneiro:** É difícil dar um número preciso mas algumas indicações são claras. Por exemplo, o IPCA de 12 meses até janeiro foi de 14,5% e ele crescerá pelo menos até meados do ano por uma razão aritmética. Ou seja os índices de inflação do primeiro semestre de 2002 foram muito baixos em torno de 0,5%. Na soma dos 12 meses se está substituindo esses índices por outros maiores como o de janeiro que foi 2,25%. Dificilmente a inflação nos próximos meses cairá para um patamar de 0,5%. Assim a taxa de 12 meses deverá crescer pelo menos até junho devendo chegar a 17%. Isso é o dobro da meta de inflação projetada para o ano. Mesmo que não haja indexação dos salários nem novos choques, o cumprimento da meta é praticamente impossível. Agregue-se a isso o fato de que só as correções de preços

administrados levarão o IPCA para 6,5%. Somem-se os 2,25% de janeiro e a meta está superada.

**Valor:** A seu ver, políticas compensatórias na área industrial e social poderão evitar uma paralisação da economia? Ou há uma saída alternativa ao caminho que vem sendo seguido pelo Ministério da Fazenda e o BC?

**Carneiro:** Creio que a reunião de quinta-feira no Alvorada convocada pelo presidente e que reuniu todos os ministros da área econômica além dos presidentes dos maiores bancos públicos poderá produzir fatos novos na política econômica. A ampliação do crédito dos bancos públicos sobretudo se for disseminado, a ampliação de investimentos na área de infra-estrutura a ampliação dos esforços na área externa podem atuar como fatores compensatórios à política restritiva. É necessário todavia explicitar com mais clareza a estratégia de crescimento para dar horizonte ao setor privado.